



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
do Estado de São Paulo

PODER LEGISLATIVO

Requerimento de Informação n° 208/2025

Processo Número: **14932/2025** | Data do Protocolo: 09/05/2025 16:48:00



Autenticar documento em <http://sempapel.al.sp.gov.br/autenticidade>
com o identificador 3200300030003900380030003A004300, Documento assinado digitalmente
conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO

<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2025/05/08/apos-pm-ser-baleado-bairro-de-cidade-tiradentes-tem-duas-mortes-um-ferido-e-blindados-nas-ruas.ghtml>

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2025/05/suspeito-de-envolvimento-em-ataque-contra-viatura-da-pm-e-baleado-na-zona-leste-de-sp.shtml>

<https://sbtnews.sbt.com.br/noticia/policia/moradores-vivem-clima-de-medo-apos-toque-de-recolher-e-confrontos-na-zona-leste-de-sp>

Nos termos do artigo 20, inciso XVI da Constituição do Estado de São Paulo, combinado com o artigo 166 da Consolidação do Regimento Interno, requero seja oficiado à Secretaria de Segurança Pública, Sr. Guilherme Derrite, para que forneça as seguintes informações sobre as mortes noticiadas por veículos de imprensa na zona leste de São Paulo, ocorridas após o baleamento de um policial militar em recentes trocas de tiros entre um indivíduo e a Polícia Militar:

Foi instaurado inquérito para apurar o confronto que resultou no policial ferido dentro da viatura, bem como os desdobramentos da operação que culminou em mortes e feridos? Em caso afirmativo, quem conduz essa apuração?

Qual foi o objetivo estratégico de enviar blindados e reforço policial nas ruas da Cidade Tiradentes após episódio?

Como a SSP está garantindo os direitos e a integridade dos moradores da zona leste diante da intensificação das operações policiais após o confronto ocorrido?

A Secretaria tem conhecimento oficial sobre as duas mortes e os feridos registrados em Cidade Tiradentes após a intensificação da presença policial? Esses casos estão sendo investigados como decorrência da operação subsequente ao confronto?

Qual a justificativa da Secretaria de Segurança Pública para o uso de arma de fogo por policial militar com o objetivo de dispersar a população durante a operação em Cidade Tiradentes, especialmente considerando que, segundo reportagem do G1, um dos disparos atingiu a orelha de um morador?

Por que foi empregada munição letal em um contexto que, aparentemente, não apresentava ameaça iminente à integridade dos agentes, contrariando os princípios do uso progressivo da força e o próprio protocolo da Polícia Militar, que determina o uso de armamento letal apenas em último caso e com o objetivo de proteger a população — e não colocá-la em risco?

Em nota, a Secretaria de Segurança Pública afirmou que intensificou o policiamento na região. Qual é o objetivo dessa intensificação? Trata-se de uma operação específica para identificar os responsáveis pela morte do policial? Além disso, como essa medida garante a segurança da população local, considerando o clima de tensão instaurado?

Como a Secretaria está garantindo a transparência das operações e mantendo a sociedade informada sobre os desdobramentos desses eventos?

JUSTIFICATIVA

Considerando os recentes acontecimentos na zona leste de São Paulo, envolvendo a atuação policial após o baleamento de um policial militar em recentes trocas de tiros entre um indivíduo e a Polícia Militar, torna-se imperativo obter informações detalhadas e transparentes sobre as medidas adotadas pela Secretaria de Segurança Pública.

O uso de força letal e o emprego de munição real em situações que não





apresentavam, aparentemente, risco iminente à integridade dos agentes, suscitam questionamentos sobre o cumprimento dos protocolos que determinam o uso progressivo da força. Além disso, a intensificação do policiamento e o emprego de blindados na região geram preocupações sobre a segurança e a integridade física dos moradores, especialmente diante de relatos de abusos e violações de direitos.

Dessa forma, o presente requerimento visa assegurar a transparência da gestão pública e garantir que as operações policiais sejam conduzidas de acordo com os princípios da legalidade, razoabilidade, proporcionalidade e respeito aos direitos humanos.

Justifica-se o presente requerimento com base na prerrogativa do Poder Legislativo de fiscalizar os atos da Administração Pública, conforme estabelecem os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, economicidade, razoabilidade, finalidade, motivação e atendimento ao interesse público.

Sala das Sessões, 09 de Maio de 2025.

Monica Seixas do Movimento Pretas



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <http://sempapel.al.sp.gov.br/autenticidade> utilizando o identificador 3200330032003600380035003A005000

Assinado eletronicamente por **Monica Seixas do Movimento Pretas** em 09/05/2025 16:36

Checksum: **9CC194DD43DDC2033527626A224E62CF2028873349D453F17F0365118E7D4CBC**



Autenticar documento em <http://sempapel.al.sp.gov.br/autenticidade>
com o identificador 3200330032003600380035003A005000, Documento assinado digitalmente
conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.